

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-853-3

DOI 10.22533/at.ed.533210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA	
Elton Oliveira da Silva	
Aníbal Simões Filho	
DOI 10.22533/at.ed.5332108031	
CAPÍTULO 2	13
RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA	
Adelma Ferreira de Souza	
Eonilson Antonio de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5332108032	
CAPÍTULO 3	39
DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO	
Maria Paula da Rosa Ferreira	
Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra	
DOI 10.22533/at.ed.5332108033	
CAPÍTULO 4	43
SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!	
Rogério Zanon da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.5332108034	
CAPÍTULO 5	54
INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	
Luccas Bernacchio Gissoni	
DOI 10.22533/at.ed.5332108035	
CAPÍTULO 6	63
LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS	
Ernesto Olmedo	
Marcela Tamagnini	
DOI 10.22533/at.ed.5332108036	
CAPÍTULO 7	76
TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MUDIÁTICO	
Sandro Reis Rocha Barros	
Alessandra Rocha Melo	
Eliana Crispim França Luquetti	

DOI 10.22533/at.ed.5332108037

CAPÍTULO 8..... 98

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Felipe Sanches Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5332108038

CAPÍTULO 9..... 116

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

José Nilson de Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5332108039

CAPÍTULO 10..... 129

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INICIO DO SÉCULO XX

Nelson Pôrto Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.53321080310

CAPÍTULO 11 141

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Caroline Daiane Alves

DOI 10.22533/at.ed.53321080311

CAPÍTULO 12..... 153

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Vitoria do Carmo Frejoli

Juliana Baptista Simões

DOI 10.22533/at.ed.53321080312

CAPÍTULO 13..... 164

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.53321080313

CAPÍTULO 14..... 174

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Beatriz Botelho de Andrade

Leila de Fátima Santos

Lilian Machado Torres

DOI 10.22533/at.ed.53321080314

CAPÍTULO 15.....	186
RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU	
Paula dos Santos Andrade Ferreira	
Leonardo de Jesus dos Santos	
Adernilson Queiroz Alves	
DOI 10.22533/at.ed.53321080315	
CAPÍTULO 16.....	195
A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA	
Aline Ferreira Antunes	
Flávia Cristina Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.53321080316	
CAPÍTULO 17.....	209
A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES	
Lara Maria da Frota	
Carlos Eduardo Ferreira Aguiar	
Wellington Aguiar Ponte Filho	
Patrícia Alves de Sousa	
Betânea Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.53321080317	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	218
ÍNDICE REMISSIVO.....	219

CAPÍTULO 6

LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS

Data de aceite: 01/03/2021

Ernesto Olmedo

Dpto. de Historia. Fac. de Ciencias Humanas,
Universidad Nacional de Río Cuarto, Río
Cuarto, Argentina
<https://orcid.org/0000-0002-5754-7280>

Marcela Tamagnini

Dpto. de Historia, Fac. de Ciencias Humanas,
Universidad Nacional de Río Cuarto, Río
cuarto, Argentina
<https://orcid.org/0000-0003-0059-8842>

Una versión preliminar de este trabajo fue presentada en el Simposio "Pasado y presente del conflicto social: estudios arqueológicos y memoria sobre la guerra", organizado en el marco del XX CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA ARGENTINA, Córdoba, Argentina, julio de 2019.

RESUMEN: Durante el proceso colonial americano los españoles apelaron al establecimiento de defensas militares en diferentes frentes de conflictos. El trabajo se ocupa de la estrategia castrense asociada a las disputas entre indios y cristianos procurando establecer la manera en que la frontera militar se puso en acto en una frontera de características interétnicas. En ese contexto, los fuertes y fortines -de precaria materialidad- alineados para asegurar la paulatina ocupación territorial fueron defendidos por fuerzas que se caracterizaban por su movilidad en el terreno, visible en las partidas

corredoras de los campos, las batidas en tierras indígenas, el rechazo de los malones sobre los fuertes y estancias así como el auxilio a otros fuertes vecinos.

PALABRAS CLAVE: Defensa, Fortificación, Frontera militar.

THE INTER-ETHNIC BORDER IN SOUTHERN CÓRDOBA TOWARDS THE END OF THE 18TH CENTURY: FORTIFICATIONS AND DEFENSIVE FORCES

ABSTRACT: During the American colonial process, the Spanish appealed to the establishment of military defenses on different fronts of conflicts. The work deals with the military strategy associated with the disputes between Indians and Christians, trying to establish the way in which the military border was implemented on a border with inter-ethnic characteristics. In this context, the forts and forts -of precarious materiality- aligned to ensure the gradual territorial occupation were defended by forces that were characterized by their mobility on the ground, visible in the running games of the fields, the raids in indigenous lands, the rejection of the malones on the forts and estancias as well as the aid to other strong neighbors.

KEYWORDS: Defense, Fortification, Military border

1 | INTRODUCCIÓN

La historia colonial americana se articula en torno de una serie de acontecimientos que dan cuenta de la centralidad de los procesos fronterizos y la defensa militar. Un análisis histórico general permite distinguir la existencia de, al menos, tres frentes de conflictos que involucraron fuerzas militares y coadyuvaron a dar forma a una materialidad defensiva. El primero estuvo asociado a los enfrentamientos interimperiales que, en el Virreinato del Río de la Plata, protagonizaron especialmente el imperio español, el portugués y de manera tardía, el inglés.

Las disputas con las diferentes sociedades indígenas “insumisas” (Nacuzzi 2018) que resistían el avance español también motivaron la erección de líneas de fuertes y fortines. A diferencia del caso anterior, las obras destinadas a la defensa eran de carácter rudimentario, ya que debían resistir los embates de corta duración de una caballería irregular que no contaba con armas de fuego.

El tercer aspecto de la defensa estuvo asociado al mantenimiento del orden como estrategia de control en el marco de un proceso de dominación. De allí que una de las preocupaciones fue la contención de los levantamientos y sublevaciones contra el orden colonial instituido.

Este trabajo se ocupa del segundo frente conflictivo procurando establecer la manera en que la frontera militar se puso en acto, es decir aquellas acciones militares defensivas planificadas y ejecutadas, que incluyeron tanto la instalación de fuertes como el destacamento de tropas. Para ello, indaga en la materialidad bélica puesta en práctica por los españoles en el territorio de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán contra los indígenas que habitaban en la llanura pampeana. Parte del supuesto de que la política militar de los Borbones en la región tuvo una impronta tanto defensiva como ofensiva. La perspectiva que se sostiene es que ambos principios –defensivo y ofensivo– siempre estuvieron presentes, aunque las posibilidades materiales y técnicas hicieron que se impusiera el primero de ellos.

2 | POLÍTICA MILITAR Y MATERIALIDAD: CONJUNCIÓN DE LO DEFENSIVO Y OFENSIVO

La historiografía militar de frontera de corte más tradicional sostiene que en el período colonial las políticas de frontera de la monarquía borbónica tuvieron una impronta eminentemente defensiva (Beverina 1992; Marfany 1940; Walther 1964). Para estos autores, los fuertes y fortines actuaron como base de las partidas que diariamente recorrían y procuraban la defensa de un territorio abierto y dilatado. Por el contrario, las campañas ofensivas habrían sido infructuosas y excepcionales.

De manera contrapuesta, se considera que en la frontera indígena de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán, los Borbones habrían apelado a la combinación de

ambas estrategias, siendo de utilidad aquella que, de acuerdo al momento, revestía mayor factibilidad (Olmedo 2009 y 2014). En términos generales, aun cuando el avance rápido sobre las tierras indígenas a los efectos de su corrimiento, desalojo y eliminación o, en su defecto, las campañas para recuperar ganado o población cautiva fueron prácticas un tanto esporádicas, su aplicación dejó marcas en la memoria de las sociedades indígenas de la región, posibles de rastrear tanto en el registro documental (cartas indígenas) como en los relatos orales contemporáneos (Pérez Zavala *et al* 2011).

En términos de la materialidad defensiva, ambos principios se tornan relevantes en tanto se conectan con las estrategias de la guerra en sí misma. Al respecto, Clausewitz, uno de los principales teóricos de la guerra sostiene que:

“[...] la defensa es más sencilla que el ataque. Pero ya que la defensa tiene un objetivo negativo, el de resguardar, y el ataque tiene un objetivo positivo, el de conquistar; y ya que esto último incrementa nuestros medios bélicos, lo que sucede con lo primero, para ser claros debemos decir que abstractamente la forma defensiva es más fuerte que la ofensiva” (Clausewitz 2006:170-171).

Las condiciones en las que se desarrolló la “guerra contra el indio” -que era la denominación empleada por los funcionarios y militares para referirse al conflicto con las sociedades indígenas que habitaban en el territorio pampeano- distaban bastante de lo que el autor antes indicado quiere significar al referirse a la confrontación entre Estados. No obstante, ello no quita que los indios hayan sido considerados enemigos peligrosos a vencer por intermedio de las armas. Se trataba de una guerra particular, diferente a la que enfrentaba a dos ejércitos de Estados imperiales o reinados de la época. En el caso de las contiendas con los indígenas se tomaba en cuenta la vastísima y diversa extensión territorial -asumiendo que la cuestión del territorio en un contexto de defensa y conflicto resulta crucial (Olmedo y Tamagnini 2020)- volviéndose indispensable la dotación de la Caballería y el uso del caballo, pocas veces en buen estado para soportar extensos recorridos en persecución. Otros condicionantes de peso fueron las grandes distancias, los escasos aprovisionamientos de hombres, recursos (víveres, armamento y municiones) y la falta de pago a los soldados (Olmedo y Tamagnini 2019).

3 | LA MATERIALIDAD DEFENSIVA: DELIMITACIÓN Y DEMARCACIÓN

Desde muy antiguo, los hombres han apelado a construcciones de diferente tipo para defenderse. Ellas van desde las antiguas empalizadas, vallas, muros y murallas que defendían las ciudades antiguas pasando por castillos, baluartes, fuertes, fortines, fosos y zanjas, a las modernas fronteras “inteligentes”, que pueden consistir en un simple alambrado monitoreado por cámaras digitales (Benítez Manual y Rodríguez Uflosa 2006). El examen de esa materialidad requiere tener en cuenta que espacio y tiempo son elementos dinamizadores en los que a su vez se ponen en tensión permanente cambios y continuidades (Tamagnini 2020).

En su lucha contra los indígenas, los españoles construyeron defensas para frenar los ataques de éstos sobre áreas de interés minero o bien para asegurar el tránsito por los caminos que garantizaban el abastecimiento de los poblados españoles. Los ejemplos más tempranos -que datan del siglo XVI- son la frontera chichimeca con la dupla presidio/misión (Cisneros 1997) y los fuertes que fijaron la frontera con los mapuche en el Biobío, en la Capitanía General de Chile. En el siglo XVIII esta última frontera se extendió por el territorio pampeano, dando origen a una línea militarizada de más de 1.000 kilómetros que arrancaba en proximidades del Atlántico, atravesaba todo el oeste de la actual provincia de Buenos Aires, se deslizaba por el sur de Santa Fe, sur de Córdoba y San Luis para rematar en la entrada al valle de Uco en Mendoza.

El trazado de cualquier frontera reconoce dos etapas: la delimitación y la demarcación (Benadava 1993). La primera, consiste en planificar y trazar sobre el papel. Se trata de un saber específico que, en términos militares, podría traducirse en la inteligencia necesaria para la instalación de hitos territoriales. Prueba de ello son todos los proyectos, concretados o frustrados, que generalmente se plasmaron en los planos de distintas fortificaciones. Los ingenieros que trazaron dichos planos no lo hicieron en abstracto sino teniendo en cuenta las condiciones del terreno, los materiales constructivos disponibles y resistentes al paso del tiempo, la altura de los muros, la superficie apropiada para cada dependencia ya sea para albergar determinada cantidad de hombres o el almacenamiento de víveres, las reservas de agua necesarias para soportar un sitio o corte de suministro, el acceso a los flujos de alimentos, la ubicación de pabellones y otras dependencias, como calabozos, capillas, cocinas, sacristías, “casas de pólvora”, etc.

En este punto, vale la pena señalar que aun cuando la delimitación no debiera ser estrictamente encuadrada en la “materialidad” en tanto se corresponde con un conocimiento de carácter más bien teórico, constituye un saber que no puede prescindir de ella ni de las condiciones geográficas que posibilitan la erección constructiva. Incluso, algunos accidentes geográficos eran reconocidos como indispensables para el sostenimiento de aquella materialidad. A manera de ejemplo, se pueden mencionar los ríos pampeanos como un factor asociado al resguardo territorial. El siguiente extracto documental -que forma parte de un expediente iniciado a raíz de un temporal que en diciembre del año 1800 había destruido los fuertes localizados sobre las márgenes del río Cuarto¹- da cuenta no solo de la precariedad de los mismos sino también de la necesidad de reconstruirlos en forma permanente, llegando al extremo de trasladarlos a terrenos más seguros (pero siempre vinculados con el río). En relación al fuerte de La Carlota, el informante señaló que respecto a la

[...] translación del Fuerte y establecim^o de la Carlota al sitio q^e llaman el puesto del Rey no solo lo halla necesario sino tambien muy ventajoso para la

1. Si bien la mayoría de los fuertes se instalaron en la ribera de este río, algunos se construyeron estratégicamente a vanguardia o retaguardia del mismo.

seguridad de los Edificios p^r la mejor calidad del terreno para las siembras del vecindario, comodidad de la Leña y la mejor calidad del agua q^e aunq^e es el mismo Rio q^e pasa por donde esta el actual, en este, es el agua salitrosa y [...] nosiva para las plantas, lo q^e tal vez lo ocasiona el terreno ó venera por donde corre como sucede en otros muchos Rios".²

En el periodo tardo colonial hubo dos proyectos de delimitación de la Frontera Sur de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán. Ambos fueron obra del eficiente y pragmático funcionario borbónico Rafael Núñez, marqués de Sobremonte, aunque solo el primero derivó en la demarcación de la frontera, es decir en el levantamiento de marcas y mojones visibles sobre el terreno para ir apropiándose del espacio. El propósito de este proyecto -que se inició en 1784 ni bien se hizo cargo de la Gobernación Intendencia- era consolidar la defensa y posibilitar un mejor control territorial, permitiendo a su vez que las autoridades vigilaran a la población allí establecida. Previamente, Sobremonte elaboró un diagnóstico basado en las observaciones efectuadas en una visita por todo el territorio de su jurisdicción. En su informe del 6 de enero de 1785 consignó que las principales dificultades registradas eran la excesiva permeabilidad de la línea de frontera, la dispersión de la población cristiana y la inseguridad de los establecimientos agropecuarios por obra de los “*vagos y malentretenidos*”. A su juicio, ello generaba graves dificultades para el comercio, la producción, la recaudación impositiva, la estabilidad de la jerarquía colonial y la vida civilizada (Punta y Rustán 2014).

Según el historiador Vitulo (1939) el examen del plano de la Frontera Sur de 1797 que se reproduce a continuación, permite advertir que el plan de Sobremonte comprendía dos alineaciones: la primera era la de avanzada, “*la más adentrada al campo de los indios*” en la que se instalaron los fuertes y fortines de Loreto, Zapallar, Santa Catalina, Jagüeles y San Fernando. Por otra parte estaba la de “*retaguardia*”, la más importante, extendida sobre la ribera del río Cuarto, en contacto con las fronteras de Buenos Aires y Cuyo, formada por los fuertes y fortines Concepción, San Bernardo, Reducción, San Carlos, Pilar, Punta del Sauce (La Carlota) y, próximo al Saladillo, San Rafael. Desde el asentamiento instalado en Concepción (actual Río Cuarto) seguían sobre el camino a Cuyo y Chile, Esquina de San José, Tambo y Cruz de San José.³ El oficio que Sobremonte le dirigió a su superior el virrey de Loreto en 1785, ofrece precisiones sobre aspectos vinculados con la seguridad, el control y poblamiento de la región:

“Su frontera que corre unida con la de esa provincia, que comprende desde el Fuerte de las Tunas hasta la de San Luis de Loyola mas de cien leguas en las quales están situados, ademas del refefido los del Saladillo, Sauze, fortín de San Bernardo, Fuerte de Santa Cathalina, y Concepcion del Rio Cuarto, pero habiendo de unos á otros veinte ó mas leguas se franquea facil entrada a los enemigos, dificultandose a las partidas las corridas de campo por la mucha

2. AHPC. Gobierno, Tomo 20. 1798 a 1800. Caja N° 20, Carpeta 2. Legajo 16. Estado en que se halla la Front^a de Córdoba sacado por el Segundo Comandte de ella Dn José Ignacio de Irizar.

3. A su vez, Mayol Laferrère (1977) señala que el Fuerte de la Punta del Sauce controlaba los Fortines de San Rafael de Loboy, San Carlos, Pilar, Reducción y Lomitas. El Fuerte de Santa Catalina ejercía el control de los Fortines de la Concepción, San Fernando, San Bernardo y el Fuerte de las Tunas de los Fortines Loreto y Totora.

la documentación de frontera consultada, los violentos temporales que azotaron la región lo destruyeron en más de una oportunidad. En 1809, y ante el evidente desinterés por reconstruirlo, el Cabildo de la Villa de la Concepción solicitó al Gobernador Intendente el traslado de la Comandancia de Frontera. Ello recién se efectivizó en 1825, momento en el cual el fuerte de la Punta del Sauce pasó a formar parte de las fortificaciones dependientes de la nueva sede de la Comandancia, ubicada en la actual ciudad de Río Cuarto (Mayol LaFerrere 1977).

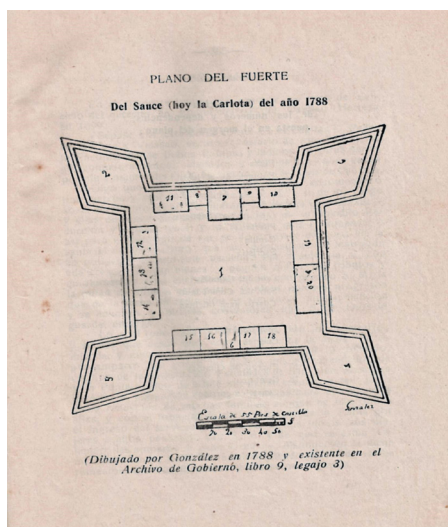


Figura 2: Plano del Fuerte de la Punta del Sauce de 1788



Figuras 3: Réplica del Fuerte de la Punta del Sauce en la que se puede apreciar el diseño romboidal de los baluartes. Fuente: Secretaría de Cultura, Municipalidad de La Carlota, provincia de Córdoba, Argentina.

y flancos arreglados, circundados por estacada y foso (Raone 1969:37-38). Precisamente, este modelo de fortificación presentaba mayores ventajas ante el ataque mediante armas de fuego que los castillos medievales (Luzuriaga 2008).

Las comunicaciones de la época permiten rescatar no sólo el listado de materiales que demandó una de las reconstrucciones del citado fuerte (o como en este caso una nueva construcción en otro emplazamiento durante el año 1788) sino también la lógica militar organizada para la defensa intramuros. Dicho listado incluye maderas de algarrobo, tejas, adobes, paja, cañas, tirantes, umbrales, ofreciendo también detalles de la utilidad o funcionalidad de sus dependencias, aspecto éste asociado a la dinámica que atravesó el fuerte. Allí se contempló la edificación de viviendas principales para el comandante, sus ayudantes y el capellán. Sumado a lo anterior, se destinaron espacios para la sala de armas, sala de oratorio y viviendas diferentes para oficiales y tropas. En la organización de la defensa del fuerte, se reservó un espacio de cuarteles para guardia y administración, un calabozo de presidio, almacenes y cocinas.⁷

Ahora bien, estos fuertes militares en el área pampeana debían enfrentar los desafíos de una entrada sorpresiva de los malones y las inclemencias climáticas (inundaciones causadas por el desborde de los ríos, lluvias torrenciales y vientos fuertes) que calaban muy hondo en estas estructuras de materiales sumamente frágiles.

En esa dirección, y tal como lo pergeñara el Gobernador Intendente, la utilidad de estos fuertes residía especialmente en la efectividad de las partidas destinadas a vigilar, comunicar, interceptar la circulación de indios, ganados y cautivos, al tiempo que debían procurar una fluida comunicación entre cada uno de ellos de manera de prestar colaboración recíproca. El punto de vista que se asume es que la puesta en acto de la defensa consistía en otorgar centralidad a la dinámica de las fuerzas antes que la perdurabilidad de la estructura constructiva, definida por el carácter estático del armazón arquitectónico y su emplazamiento. No obstante, esto no le quitaba al fuerte su funcionalidad como ámbito de resguardo para pobladores y viajeros que transitaban la zona.

En 1804, ya en calidad de virrey, Sobremonte esboza un segundo proyecto que preveía el corrimiento de la línea de frontera hasta la laguna Cabeza de Buey, a 80 leguas de Buenos Aires. Para concretarlo, era necesario trasladar en forma conjunta otros fuertes como “el de la Asunción de las Tunas y Fortín de Loreto colocando el Fuerte de Sⁿ Carlos de Mendoza, en la confluencia del Diamante con el Atue”.⁸ Este proyecto no pasó más allá de la delimitación debido entre otras razones al estallido de las invasiones inglesas.

4 | LAS FUERZAS Y LA MATERIALIDAD DINÁMICA

Una de las pocas autoras que se ha ocupado de la conformación de las fuerzas militares en la Frontera Sur en el territorio cordobés es González (1997). De acuerdo con su caracterización, se trataría de fuerzas constituida por escasas defensas, compuestas

7. AHPC, Gobierno, Año 1787, Tomo 9, Carpeta 1, Legajo 3, folios 12 a 14. Cálculo de construcción del fuerte Punta del Sauce.

8. AHPC, Gobierno, Año 1804, Tomo 26, Carpeta 3, Legajo 10, f. 286. Expediente sobre establecimiento de fuertes en la Frontera.

por un destacamento con milicias regladas localizadas en el fuerte Punta del Sauce y un presidio en Río Cuarto. La dispersión en un territorio tan vasto habría hecho necesario la aplicación de políticas de poblamiento efectivizado a través del traslado compulsivo de “familias ociosas”. El mismo habría sido encomendado al Cabildo de Córdoba a principios de 1775. Rustán (2005) ha abordado el estudio de la población de la villa de La Carlota y región identificando un crecimiento poblacional (de 436 individuos en 1789 se pasó a 867 en 1796). Los expedientes judiciales que consultó le permiten advertir un predominio de población masculina y mecanismos de traslados forzosos. Hacia 1790 habrían aumentado llamativamente las sentencias sobre delitos como el robo de ganado, “vagamundos” y “perjudiciales”, incluyendo en la penalización los destierros u obligatoriedad de establecimiento como poblador con familias y bienes. De este modo, en el marco del programa borbónico de ocupación territorial y en un momento en el que los indígenas avanzaban sobre zonas controladas por los cristianos, el poblamiento formaba parte de la estrategia defensiva. Por otro lado, González puntualiza que si bien el gobernador pensaba en la posibilidad de una entrada militar sobre las tierras indígenas, finalmente se optó por continuar con la política de refuerzo de las fortificaciones –especialmente Punta del Sauce- nombrando un comandante y habilitando, asimismo, la concurrencia de vecinos con sus compañías de auxiliares para defender la frontera. Esta situación de precariedad de las guarniciones, que encuentra vinculación con el escaso poblamiento, es también advertida por González para quien hay una relación directa entre la dotación de efectivos y la recaudación del impuesto de Sisa, concluyendo al respecto que:

“Las acciones estrictamente defensivas no son efectivas y, además, la mayoría de las entradas que se programa también fracasa porque las autoridades las suspenden por la siempre mentada pobreza del vecindario o porque al encontrarse, no hay coordinación entre las fuerzas que intervienen” (González 1997:151).

Asimismo, González asevera que si bien el número de fortificaciones era importante de cara a la relevancia que tendría la región a futuro, no guardaba relación con la dotación humana y material provista por las autoridades (González 1997:151-152).

En este contexto, una de las tácticas más utilizadas para la defensa y el resguardo de pobladores y ganado fueron las partidas corredoras de campo. Se sostiene que fueron estas fuerzas ligeras de movimiento territorial las que le otorgaron dinamismo a la frontera militar, más allá que resultó insuficiente para superficies territoriales tan vastas. Dichas partidas debían flanquear la zona inmediata del punto fortificado procurando relevar la presencia de indígenas y brindar las señales de alarma o auxilio correspondientes. En este marco, fuertes y fortines se suman al proceso de territorialización en pos de la paulatina ocupación de tierras, brindando la vigilancia necesaria para garantizar la nueva posición, por cierto acompañada de una preocupación por el conocimiento y una política de poblamiento, muchas veces forzosa (Olmedo y Tamagnini 2019).

Juan Beverina ilustra lo antes expresado con la siguiente descripción tomada de los documentos por él consultados:

“En los casos de invasión de la frontera o recelos fundados en ella, acuden las milicias de los Ríos 3°, 4° y Calamuchita, y está mandado que el Comandante de la Frontera las cite por sí, para evitar el retardo del aviso al Gobierno y su orden, en virtud de que estas acciones son momentáneas y porque los indios hostilizan con suma velocidad, y con la misma se retiran con la presa” (Beverina 1992:74-77).

El problema de la extensión territorial y la irrupción repentina de los indígenas era afrontada mediante un plan donde los puntos de defensa y el poblamiento eran de utilidad para la guerra (Olmedo y Tamagnini 2019). Esta última estrategia daba respuesta a la dispersión poblacional en la campaña al tiempo que aseguraba cierto orden social interno:

“que el único remedio [...], era el de promover la fundacion de Pueblos en que se reuniesen las familias que se hallaban dispersas [...] estrechando las distancias entre los Fuertes principales, con los fortines intermedios, y aumentando el numero y la disciplina de sus defensores”.⁹

Además del poblamiento en proximidades de estos destacamento defensivos, se debe resaltar la movilización de sus fuerzas, recurso asiduamente utilizado como un reaseguro de vigilancia en la prestación de colaboración de fuerzas. Estos auxilios también daban entidad a la línea militar. De allí que la estrategia se basó no solamente en la instalación de fortines intermedios, para de este modo –como reza el documento antes citado- “estrechar las distancias entre los fuertes principales y los fortines intermedios”. Lo anterior no se lograría sin el aumento de efectivos (también mencionado en el documento) especialmente el auxilio permanente de las fuerza. En este punto, estática y dinámica se entrecruzan para atender al recurrente problema de la defensa. Los fortines intermedios no resultaban suficientes. Las autoridades borbónicas acudieron para tal fin a otros dispositivos, como los acuerdos de paz.

5 I CONCLUSIONES

El trabajo propone el tratamiento de la materialidad a partir del plan que, en el último cuarto del siglo XVIII, dio existencia a la frontera militar del río Cuarto. Para ello, se aborda el problema de la instalación de fuertes y fortines dispuestos en una línea y las fuerzas que los resguardaron a partir de dos claves analíticas, la estática y la dinámica. Ambas permiten entender que los asentamientos militares fueron configuraciones centrales de la defensa y de la territorialidad en una frontera interétnica.

En el marco de la guerra de posiciones, la frontera militar guardó una estrecha relación con los puntos fortificados. Esta forma de la guerra procuró el avance paulatino

9. AHPC, Gobierno, Año 1793, Tomo 14, folio 267. Fundación de la Villa de la Concepción y de La Carlota (Río 4°).

sobre las tierras de los indios a partir de la preocupación que tenían los Borbones de resguardar poblados, caminos (además de las eventuales mercancías que circulaban allí) y tierras con un potencial para el pastoreo de ganado vacuno, mular y caballar.

La variable que se ha denominado estática, permite interpretar la existencia y sentido de estos precarios asentamientos de paja, madera y adobe levantados en el vasto territorio pampeano. Estos puntos fortificados albergaron tanto a las magras tropas fronterizas como a viajeros, pobladores y sus familias. Frente a las contingencias generadas por la presencia de indios, todos ellos podían ofrecer sus servicios. Esta panorámica de la Frontera del río Cuarto se completa con otra variable cuyo carácter es dinámico, materializada en las fuerzas que participaban del acto militar de la defensa y, en una porción mucho menor, en el ataque.

Estática y dinámica formaron parte de la misma estrategia y fueron indispensables la una de la otra, al menos en los términos en que fueron concebidas por los funcionarios borbónicos en la etapa correspondiente al presente estudio. Ambas variables permiten abordar otro aspecto del conflicto con los indios. Esto es, la existencia de una guerra por el territorio que no solo fue defensiva sino ofensiva, toda vez que se pretendió una “batida” o “avanzada” sobre las tierras de los indígenas. En los hechos, nuevamente pensando la frontera en acto, esto ocurrió pocas veces dadas las contingencias que involucraban la escasez de fuerzas, la mala calidad de los caballos e, igualmente, los inconvenientes de un armamento insuficiente y deficitario.

REFERENCIAS

BENADAVA, Santiago. **Historia de las fronteras de Chile**. Santiago: Editorial universitaria, 1993. 205 p.

BENÍTEZ MANAUL, Raúl y Carlos RODRÍGUEZ UFLOA. Seguridad y fronteras en Norteamérica. Del ILCAN a la ASPAN. **Frontera Norte**, Tijuana, Vol. 18, N° 35, p. 7-28, 2006. Disponible en: <https://fronteranorte.colef.mx/index.php/fronteranorte/article/view/1035/505>. Acceso: 4 de mayo de 2019.

BEVERINA, Juan. **El Virreinato de las provincias del Río de la Plata. Su organización militar. Contribución Historia del Ejército Argentino**. Buenos Aires: Círculo Militar, 1992. 479 p.

CISNEROS GUERRERO, Gabriela. Cambios en la frontera Chichimeca en la región centro-norte de la Nueva España durante el siglo XVI. **Investigaciones Geográficas**, México, N° 36, 1998. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46111998000200006. Acceso: 30 de noviembre de 2018.

CLAUSEWITZ, Carl. **De la guerra. Naturaleza, teoría, estrategia, combate, defensa y ataque**. Buenos Aires: Distal, 2006. 224 p.

GONZÁLEZ, Marcela. **Las deserciones en las milicias cordobesas 1573-1870**. Córdoba: Centro de Estudios Históricos, 1997. 435 p.

LUZURIAGA, Juan Carlos. Campañas de Cevallos y Fortificaciones, 1762-1777. 4º SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS. **Actas**, 2008. Disponible en: http://ciudadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2008_4sem_palestra_Juan-Carlos-Luzuriaga.pdf. Acceso: 20 de marzo de 2019.

MARFANY, Roberto. Fronteras con los indios en el sud y fundación de pueblos. En: Academia Nacional de la Historia, **Historia de la Nación Argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862)**, Vol. IV, Cap. VI. Buenos Aires: El Ateneo, p. 307-333, 1940.

MAYOL LAFERRERE, Carlos. Fuertes y fortines de la Frontera Sur de Córdoba. Línea del Río Cuarto. **Boletín del Instituto de Estudios Históricos Lorenzo Suárez de Figueroa**, Huanchilla, Número III, p. 3-41, 1977.

NACUZZI, Lidia (coord.). **Entre los datos y los formatos. Indicios para la historia indígena de las fronteras en los archivos coloniales**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDES, 2018. 321 p. Disponible en <http://ides.org.ar/publicaciones/libros-del-ides>. Acceso: 2 de febrero de 2019.

OLMEDO, Ernesto. **Militares de frontera. Fuertes, ejércitos y milicias en la Frontera Sur de Córdoba (1852-1869)**. Río Cuarto: Editorial de la Universidad Nacional de Río Cuarto, 2009. 207 p.

OLMEDO, Ernesto. **Los militares y el desarrollo social. Frontera sur de Córdoba (1869-1885)**. Buenos Aires: Aspha Ediciones, 2014. 232 p.

OLMEDO, Ernesto; TAMAGNINI, Marcela. La Frontera Sur de Córdoba a fines de la colonia (1780-1809). Guerra, saber geográfico y ordenamiento territorial. **Revista Fronteras de la Historia**, Bogotá, Vol. 24. N° 1, p. 36-72, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.22380/20274688.526>

OLMEDO, Ernesto; TAMAGNINI, Marcela. Defensa. En: BENEDETTI, Alejandro (dir.). **Palabras claves para el estudio de las fronteras**, p. 203-211. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020. Disponible en <https://www.teseopress.com/palabrasclavefronteras/>

PÉREZ ZAVALA, Graciana; TAMAGNINI, Marcela; OLMEDO, Ernesto. Memoria histórica y conflicto interétnico: indígenas y cristianos en la Frontera Sur (siglo XIX). En: PÉREZ ZAVALA, Carlos; VILLA, Marta; ALTAMIRANO, Paula (comp.). **La interculturalidad en cuestión. Actas del simposio Políticas de Interculturalidad puestas en cuestión en ocasión de las nuevas situaciones educativas en América Latina**. Río Cuarto: Unirío editora, p. 265-287, 2011.

PUNTA, Ana; RUSTÁN María Elizabeth. **Córdoba borbónica a través de sus documentos**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2014. 226 p.

RAONE, Juan. **Fortines del desierto (Mojones de civilización)**. Tomo I. Buenos Aires: Revista y Biblioteca del Suboficial N° 143, 1969. 619 p.

RUSTÁN, María Elizabeth. **De perjudiciales a pobladores de la frontera. Poblamiento de la frontera sur de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán a fines del siglo XVIII**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005. 138 p.

TAMAGNINI, Marcela. Muro. En: BENEDETTI, Alejandro (dir.). **Palabras claves para el estudio de las fronteras**, p. 469-475. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020. Disponible en: <https://www.teseopress.com/palabrasclavefronteras/>

VITULO, Alfredo. **Camino de Cuyo y del Reino de Chile. La frontera sur de Córdoba.** Río Cuarto: Taller Gráfico de Francisco Savino, 1939.

VITULO, Alfredo. **Reseña General, histórica, geográfica y económica del Departamento de Río Cuarto (Provincia de Córdoba). Tomo I. Reseña Histórica.** En: Instituto Agrario Argentino. Reseñas Año VIII, N° 42. Buenos Aires, 1947. 212 p.

WALTHER, Juan Carlos. **La conquista del desierto.** Buenos Aires: Círculo Militar, 1964. 832 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Camponesa 1, 3, 4, 11

Análise de Discurso 76, 81, 82, 84, 95

Análise Dialógica 141, 142, 144

Atendimento Pré-Hospitalar 186, 187, 190

C

Ciência 1, 3, 8, 9, 10, 39, 41, 42, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 111, 123, 142, 153, 176

Comunicação 28, 29, 35, 76, 78, 83, 84, 96, 104, 106, 145, 206, 207, 208, 218

Comunidades Quilombolas 153, 154

D

Defensa 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 74

Delimitação de Campo 54

Diretoria da Instrução 164, 165, 166, 167, 171, 173

E

Economia Política 37, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Empoderamento 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Enfermagem 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193

Enfermeiro 180, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Engenharia Humana 174, 177

Escola Técnica 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151

Estresse Emocional 186

Etnobotânica 153

F

Fortificación 63, 69

Frontera Militar 63, 64, 71, 72

G

Gestão Metropolitana 43, 45, 47, 49, 50, 51

H

Higiene Pública 164, 165, 167, 168, 170, 172

I

IIRSA 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115

Inspeção da Instrução 164, 165, 168, 170

Integração Sul-Americana 98, 101

J

Jardim Romântico 129, 130, 131, 140

L

Laicização da Cidade 129, 132, 138

Lucro 5, 39, 40, 41, 42, 90

M

Meio Ambiente 10, 39, 41, 57, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 144, 155, 202

Monocultura 6, 39

P

Paisagem Urbana 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151

Pensamento Burguês 54, 56

Pensamento Socialista 54, 56

Plantas Medicinais 153, 154, 155, 161, 162

Políticas no Campo 1

Políticas Públicas 1, 2, 4, 5, 6, 16, 76, 90, 93, 94, 95

R

Riscos Ocupacionais 174, 175, 176, 177

Rocaille 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140

S

Saber Popular 153

São Paulo 11, 12, 21, 36, 37, 38, 42, 52, 53, 62, 90, 93, 96, 110, 114, 115, 128, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 152, 161, 162, 182, 193, 200, 207, 208, 217

Saúde do Trabalhador 174, 176, 177

Subjetividade 43, 45, 46, 53

Subjetividade Política 43, 45, 47, 48, 49, 50

Subjetividade Social 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52

T

Terceiro Setor 76, 77, 78, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Território 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 30, 34, 38, 100, 106, 110, 112, 113, 129, 132

Transgênicos 39, 40, 41, 42



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2021